

ATORES, POLÍTICAS PÚBLICAS E EXPANSÃO URBANA NO MUNICÍPIO DE MONTE SIÃO, MG, ENTRE 1962 E 2012**ACTORS, PUBLIC POLICIES, AND URBAN EXPANSION IN THE MUNICIPALITY OF MONTE SIÃO, MG, FROM 1962 TO 2012**Rafael Lúcio da Silva¹Sandra Maria Fonseca da Costa²

Resumo: Este estudo propõe, a partir de uma abordagem teórica e um estudo empírico, compreender as relações inseridas no processo de expansão urbana, levando em consideração os diferentes agentes estruturadores do espaço urbano. Para tanto, estudamos a cidade de Monte Sião, localizada no sul do Estado de Minas Gerais, Microrregião Geográfica de Pouso Alegre, município limítrofe com o Estado de São Paulo, considerada a “Capital Nacional do Tricô”. A hipótese, ora abordada, é que, com o declínio da atividade rural no município de Monte Sião e a consolidação de uma nova atividade econômica com a especialização na produção de malhas e a diversificação do setor têxtil, impulsionado pelo turismo, o foco de investimentos da população passou a ser o mercado de terras, o que promoveu uma expansão acelerada do perímetro urbano, a partir da década 1970, e atraiu grande contingente populacional de outros estados. O desenvolvimento dessa nova economia, no município, propiciou uma rápida expansão do perímetro urbano e grande valorização da terra urbana, o que causou uma nova estruturação do espaço urbano local. Foi quantificada a expansão urbana da cidade de Monte Sião-MG, entre 1962 e 2012, utilizando-se fotografias aéreas e imagens de satélite, bem como estudada a relação entre esse crescimento e os aspectos socioeconômicos e político-institucionais, nesse período.

Palavras-chave: Planejamento urbano; políticas públicas; expansão urbana; eixos de crescimento.

Abstract: This study proposes, based on a theoretical approach and an empirical study, to understand the relationships inserted in the process of urban expansion, considering the different structuring agents of the urban space that drive this process and segment public policies in the local and regional sphere. In this sense, we studied the city Monte Sião, located in the south of the State of Minas Gerais, Geographic Microregion of Pouso Alegre, a municipality bordering the State of São Paulo, considered the "National Capital of the Knit". The hypothesis discussed here is that with the decline of the rural activity in the municipality of Monte Sião and the consolidation of a new economic activity with the specialization in the production of knitwear and the diversification of the textile sector, driven by tourism, the focus of investments by the population became land market, which promoted an accelerated expansion of the urban perimeter from the 1970s, and attracted a large population contingent from other Brazilian states. The development of this new economy in the municipality provided a rapid expansion of the urban perimeter and great appreciation of the urban land, which caused a new structuring of the local urban space. The urban expansion of the city Monte Sião-MG was quantified between 1962 and 2012, using aerial photographs and satellite images; additionally, the relationship between this growth and the socioeconomic and political-institutional aspects during this period was studied.

Keywords: Urban planning; public policies; urban expansion; axes of urban expansion.

¹ Mestre em Planejamento Urbano - Prefeitura Municipal de Monte Sião, MG, Brasil. E-mail: rafaellucio7@yahoo.com.br.

² Doutora em Engenharia de Transportes - IP&D/UNIVAP, Brasil. E-mail: sandra@univap.br.

1. INTRODUÇÃO

Um fator importante, a ser considerado, é a compreensão de que o espaço urbano é fragmentado, não apenas pela lógica de mercado, mas pelos conflitos de interesses inseridos na sociedade entre os diferentes atores e agentes, sendo esse espaço, lócus de disputa e embate de contrários. Todo processo de urbanização decorreu da evolução da sociedade em seus respectivos momentos históricos, sendo esse processo conduzido por interesses exclusivos dos agentes estruturadores, inseridos na sociedade.

Há consenso entre vários autores que esses agentes estruturadores se agrupam em: o Estado (poder público), as grandes corporações privadas, os promotores imobiliários, os proprietários da terra urbana, os usuários da moradia (SOUZA, 1994, HARVEY, 1980, GOTTDIENER, 1993, CORREA, 1995). Esses agentes seguem a lógica da reprodução dos padrões de consumo e produção de um espaço socialmente fragmentado e excludente.

Nesse sentido, Harvey (1996) acrescenta, ainda, que os recursos públicos, em sua maioria, são voltados para estratégias que facilitam a instalação de fluxos do capital, deixando de interferir nas áreas mais pobres da cidade. O poder público municipal deixa de elaborar planos urbanos mais abrangentes que privilegiam a ampliação de políticas públicas, passando a administrar intervenções seletivas do capital no território.

A cidade de hoje é o resultado cumulativo de todas as outras cidades de antes, é fruto das transformações sociais ocorridas no processo de construção das diferentes sociedades históricas. É preciso conhecer as diversas estruturas e funções urbanas da cidade ao longo desse processo. (SPOSITO, 2005, p. 11).

Em relação à dinâmica da produção do espaço, Villaça (2001) considera que o espaço urbano se estrutura pelo fato de ser produzido pelo trabalho social despendido na produção de algo socialmente útil. Logo, esse trabalho produz um valor. O autor considera ser de extrema importância a compreensão da relação existente entre a produção do espaço e aquilo que se produz por meio do trabalho socialmente articulado, no entanto, Villaça reitera ser fundamental a reflexão a respeito do seguinte questionamento: qual é o produto desse trabalho? Há, aí, dois valores a considerar. O primeiro é o dos produtores em si - os edifícios, as ruas, as praças, as infraestruturas. O outro é o valor produzido pela aglomeração. Esse valor é dado pela localização que os insere na aglomeração. A localização se apresenta, assim, como um valor de uso da terra - dos lotes, das ruas, das praças, das praias - valor que, no mercado, traduz-se em preço da terra.

É sobre esse espaço, dotado de articulações, coalizões e pactos de interesses mediados pelos diferentes agentes, que a sociedade se organiza, tendo como objetivo principal, integrar o ciclo de reprodução de acumulação do capital por meio de um espaço socialmente produzido. Esse objetivo central tem dado forma à cidade

contemporânea, intensificando as disparidades sociais, econômicas e políticas conduzidas pelo Estado, principal mediador desse processo. O Processo de Urbanização é apenas uma das manifestações dessa acumulação do capital.

Conforme Bonametti (2010), para Hobbes, o poder do Estado, atuando no espaço nação, constitui a mecânica do poder. O poder é inerente a todos os indivíduos, mas apenas um ator poderá exercê-lo. Sendo uma organização política e institucional, o Estado expressa os interesses do soberano, ou seja, da elite.

Assim, observa-se que é o Estado que articula os seus interesses em face aos demais agentes estruturadores. Isso ocorre ao privilegiar os segmentos produtivos do sistema capitalista, representado pelas grandes corporações, especuladores da terra e demais agentes econômicos e imobiliários, seja por meio de uma grande obra de infraestrutura, ou, até mesmo, por meio do direcionamento de legislações específicas e pontuais, ou no controle social da garantia de direitos e execução de políticas públicas de habitação ou nas ausências de ações do Estado no planejamento do transporte público por exemplo.

O atual estágio da urbanização brasileira, a qual, segundo os dados do censo 2010, apresenta uma taxa de urbanização de 84,4%, está inserido em um contexto histórico, marcado pela atuação do Estado nos diferentes momentos políticos e socioeconômicos do país. Essas condições garantiram as condições estruturais para sua expansão.

No Brasil, a articulação entre a globalização da economia e a expansão urbana têm configurado espaços regionais cada vez mais integrados, voltados para uma especialização competitiva por meio da reprodução de uma urbanização rápida e intensa, especificamente no caso da Região Sudeste, que apresenta uma taxa de urbanização de 92,9%. Esse processo conjuntural tem desafiado a eficiência e a capacidade do Estado, tanto na elaboração e execução de políticas que fomentem as estruturas econômicas e administrativas dos entes federativos, e que fortalece as políticas econômicas regionais, como no planejamento e ordenamento do crescimento urbano. Esse é um crescimento urbano originado do desenvolvimento econômico estrutural e irreversível do ponto de vista da produção, do consumo e da produção do espaço urbano, inclusive nas cidades de pequeno porte.

No caso específico do município de Monte Sião, é evidente que o processo acelerado de urbanização local teve grande influência da dinâmica socioespacial do Leste Paulista, por se tratar de um município limítrofe ao estado de São Paulo. Essa situação é reforçada pela integração regional limitada, seja em relação aos demais municípios do Sul de Minas Gerais, com características socioeconômicas semelhantes, tais como, Jacutinga e Ouro Fino, e mesmo em relação à Capital do Estado (Belo Horizonte), distante não só territorialmente (cerca de 500km), mas também em relação à atuação político-administrativa do Estado.

Somado à realidade regional, é válido destacar que a ausência de um aparato técnico e estrutural, na organização administrativa e política local, fortaleceu a consolidação de um crescimento urbano que impacta o dia-a-dia da população local. Seja na ausência de um Plano Diretor de Mobilidade Urbana, na carência de equipamentos públicos, tais como unidades de saúde e oferta de vagas de creches em bairros periféricos, e na aprovação acelerada de loteamentos urbanos, após os anos 2000, conforme demonstra esse estudo.

Segundo Santos (2005, p. 9), mediante um intenso processo de urbanização social e territorialidade seletiva, alcançamos a urbanização da sociedade e a urbanização do território, sendo que “depois de ser litorânea (antes e mesmo depois da mecanização do território), a urbanização brasileira tornou-se praticamente generalizada a partir do terceiro terço do século XX”.

O estado de Minas Gerais, com uma população de 19.597.330 (IBGE, 2010), apresentava, em 1970, uma taxa de urbanização de 52,9%; em 1980, o valor correspondente à taxa de urbanização era de 67,2%; em 1991, a população urbana era de 11.776.538 e a taxa de urbanização chegou a 74,8%. No ano de 2000, o estado de Minas Gerais atingiu uma taxa de urbanização de 82%, e em 2010, acompanhando a tendência nacional, apresentou uma taxa de urbanização de 85,2%.

Nesse sentido, o município de Monte Sião, MG é um excelente exemplo dessas transformações urbanas. Por conter traços e implicações sociais, políticas e econômicas que evidenciam a necessidade de um planejamento urbano local eficiente. A compreensão da realidade urbana de Monte Sião evidencia uma ausência efetiva de intervenções públicas que colaboraram para a possibilidade da efetivação de um desenvolvimento urbano mais eficiente e melhor organizado.

A cidade de Monte Sião é considerada polo especialista na produção de malhas, sendo um dos maiores centros de concentração de máquinas retilíneas do Brasil. O município integra o “Circuito Turístico das Malhas do Sul de Minas Gerais” e tem destaque no cenário nacional por sua característica econômica, fator este que tem impulsionado as transformações urbanas locais, desde a década de 1960. Tem como atrativo sua localização privilegiada, em relação aos principais eixos econômicos e centros urbanos do Brasil (Campinas 110 km - São Paulo 170 km - Vale do Paraíba Paulista 200 km).

Considerando esses aspectos, o objetivo geral deste estudo é analisar a expansão urbana do município de Monte Sião-MG, no período entre 1962 e 2012, bem como identificar as transformações ocorridas no seu espaço intraurbano, por meio das relações socioeconômicas e político-institucionais. Dentro dessa perspectiva, compreender o processo de expansão urbana de Monte Sião, nos diferentes períodos, exige uma análise ampla e um olhar crítico, sendo necessário considerar os aspectos socioeconômicos e político-institucionais inseridos nesse processo.

Para realizar essa pesquisa, foram coletados dados referentes à base de informações do Censo Demográfico 2010, por setor censitário, referentes à cidade de Monte Sião, com dados sobre número de habitantes, número de domicílios, infraestrutura disponível (acesso à rede de água, esgoto, eletricidade), faixa salarial, entre outras informações. Para análise multitemporal do processo de expansão urbana do município de Monte Sião, foram adquiridas fotografias aéreas da área urbana de Monte Sião, dos anos de 1962 e 1972, no Laboratório de Geoprocessamento do IAC - Instituto Agrônomo de Campinas. Para os anos de 1978 e 2000, foram adquiridas fotografias aéreas da empresa Base Aerofotogrametria e Projetos S/A, obtidas em 1978 e em 2000. Para o ano de 1984, foi utilizada a imagem do satélite Landsat e, para 2012, imagens de alta resolução, disponíveis no Google Earth (2012).

Para identificação dos loteamentos existentes na área urbana do município de Monte Sião, foram coletados dados sobre o nome do loteamento, ano de aprovação e implantação na Diretoria de Obras e Serviços Urbanos da Prefeitura Municipal de Monte Sião.

2. Expansão Urbana nos Municípios de Pequeno Porte: O Caso do Município de Monte Sião, Sul de Minas Gerais

2.1 Uma Caracterização da Cidade de Monte Sião

A cidade de Monte Sião, localizada no extremo Sul do Estado de Minas Gerais, é considerada polo especialista na produção de tricô, sendo um dos maiores centros de concentração de máquinas retilíneas do Brasil. Segundo a Associação Comercial e Industrial de Monte Sião – ACIMS, existem cerca de 1600 estabelecimentos voltados à indústria têxtil, sendo malharias (fábricas) de pequeno, médio e grande porte. O município integra o “Circuito Turístico das Malhas do Sul de Minas Gerais” e tem destaque, no cenário nacional, por sua vocação econômica, fator este que tem impulsionado as transformações urbanas locais, desde a década de 1970.

Segundo a Prefeitura Municipal de Monte Sião (PMMS, 2013), o município tem sua origem relacionada ao período colonial da mineração, quando surgiram os primeiros registros sobre essa localidade. Em 1854, já conhecida como Monte Sião, a localidade passou à categoria de distrito, inicialmente de Pouso Alegre e, em 1880, integrou-se ao município de Ouro Fino. Em 1888, chegaram à cidade os primeiros imigrantes italianos (cerca de 320 famílias), que passariam a influenciar, diretamente, a vida econômica e cultural local. Essas famílias foram trabalhar, inicialmente, nas plantações de café e, após a crise cafeeira, de 1929, passaram a difundir a cultura do tricô, com agulhas trazidas da Itália. Fundado em 1849, apenas em 1936 Monte Sião se eleva à condição de município e, em 1957, recebeu a outorga de Estância Hidromineral.

Pelos dados do censo de 2010, Monte Sião possui uma população de 21.628 habitantes, tendo um crescimento populacional, no período entre 2000 e 2010, de

1,54%. Seu IDH - Índice de Desenvolvimento Humano registrou, no ano de 2000, o montante de 0,627. O município possui uma área total de 292 km² e densidade demográfica de 72,71 hab/km².

Segundo os indicadores municipais existentes no portal ODM - Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, de 1991 a 2010, a proporção de pessoas com renda domiciliar per capita de até meio salário mínimo reduziu em 73,1%. Com isso, a participação dos 20% mais pobres da população, na renda, passou de 4,0%, em 1991, para 3,9%, em 2000, aumentando ainda mais os níveis de desigualdade. Para efeitos de comparação, em 2000, a participação dos 20% mais ricos era de 58,0%, ou 15 vezes superior à dos 20% mais pobres.

Pelos objetivos de Desenvolvimento do Milênio, o município de Monte Sião, em 2010, apresentava um índice de 24,5% de crianças que, de 7 a 14 anos, não estavam cursando o ensino fundamental. A taxa de conclusão, entre jovens de 15 a 17 anos, era de 64,9%. O percentual de alfabetização de jovens e adolescentes, entre 15 e 24 anos, em 2010, era de 98,9%. Segundo a ODM, a distorção idade-série eleva-se à medida que se avança nos níveis de ensino. Entre alunos do ensino fundamental, 15,1% estão com idade superior à recomendada, chegando a 24,0% de defasagem entre os que alcançam o ensino médio no município.

Com relação à inserção no mercado de trabalho, pelos dados apontados e metas de desenvolvimento do milênio, há maior representação das mulheres na conjuntura econômica local. A participação da mulher no mercado de trabalho formal era de 50,6%, em 2011. O percentual do rendimento feminino, em relação ao masculino, era de 87,5%, em 2011, independentemente da escolaridade. Entre os de nível superior, o percentual passa para 56,9%.

O portal da ODM ainda demonstra que, em 2010, 70,1% dos moradores tinham acesso à rede de água geral, com canalização em, pelo menos, um cômodo; e 85,7% possuíam formas de esgotamento sanitário consideradas adequadas.

Em 2010, 99,5% dos moradores urbanos tinham acesso ao serviço de coleta de lixo e 92,4% tinham energia elétrica, distribuída pela companhia responsável (CEMIG - Companhia Energética do Estado de Minas Gerais). A proporção de moradores, em 2010, com acesso à moradia (própria ou alugada), atingia 87,7%.

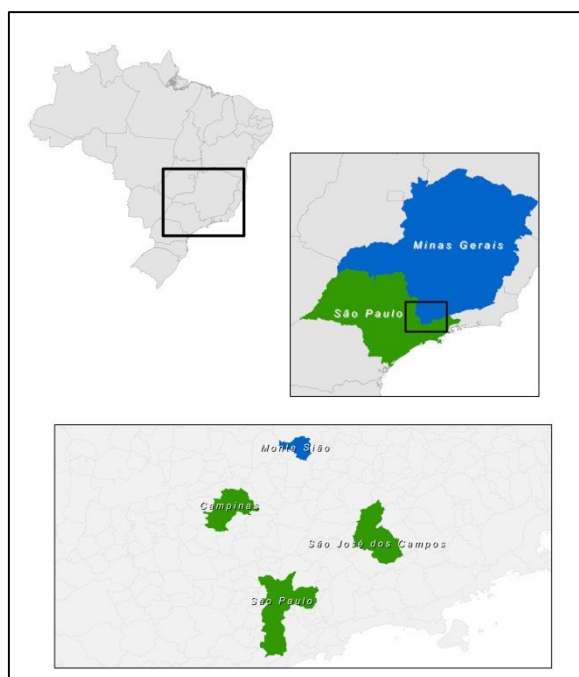
Sua localização privilegiada, em relação aos principais eixos econômicos e centros urbanos do Brasil, tais como Campinas, 110 km; São Paulo, 170 km; Vale do Paraíba Paulista, 200 km (Figura 1), tem condicionado, diretamente, o desenvolvimento da economia local, ao longo das últimas duas décadas. Isso impactou, diretamente, na evolução da mancha urbana do município, bem como na estruturação de uma nova lógica relacionada ao mercado imobiliário.

O mercado consumidor regional, liderado pela cidade de São Paulo e sua Região Metropolitana, além do Leste Paulista, tem acelerado as transformações de ordem

social e econômica na esfera local, isso tem configurado um novo desenho da área urbana do município e suas características, principalmente no que se refere à produção local representada pelo setor têxtil, o que é cada vez mais norteador pelas tendências impostas por esses centros econômicos, detentores da técnica e da inovação.

A partir dos dados da RAIS, o estudo do SEBRAE-MG (2012) apontou que Monte Sião apresentou uma evolução de sua massa salarial (em milhões) de 0,97, em 2008; 1,19, em 2009; e 2,01, em 2010. É importante destacar que a massa salarial se refere à soma de todos os salários pagos aos trabalhadores durante o ano, sendo importante analisar, também, sua relação com o PIB (Produto Interno Bruto) referente à produção local, representada, especificamente, no caso do setor têxtil, pelas 1500 malharias, 900 lojas e 9 mil empregos gerados, direta e indiretamente, pelo setor, em Monte Sião. Segundo os dados do censo 2010, Monte Sião apresentou um Produto Interno Bruto - PIB por habitante de R\$ 10.870,51, integrando o grupo de municípios com maiores PIB's por habitantes no Estado de Minas Gerais.

Figura 1. Localização do Município de Monte Sião em Relação aos Principais Eixos Econômicos do Brasil.



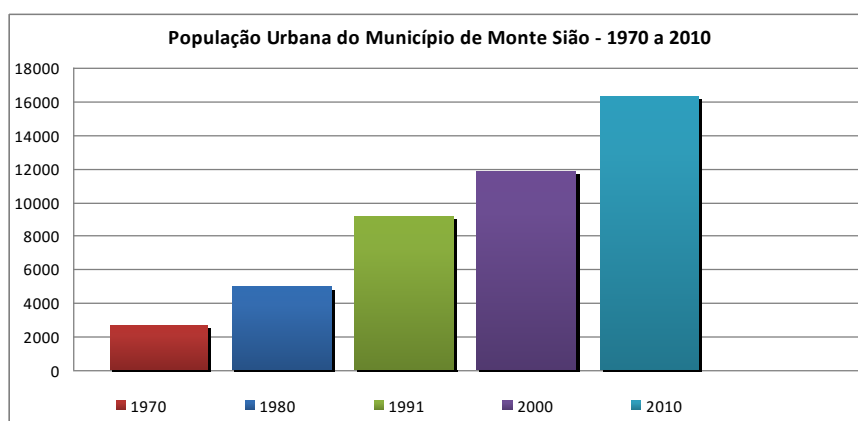
Fonte: Elaborado pelos autores (2014).

Segundo dados do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 1970, Monte Sião possuía uma população urbana de 2.632 habitantes, representando uma taxa de urbanização de 30,5%, e uma população rural de 5.993 habitantes, evidenciando, ainda, o vínculo do município com as atividades agrícolas, principalmente relacionadas à economia cafeeira. Em 1980, o município apresentou uma taxa de urbanização de 45,5%, e atingiu 52,5%, em 1991. Ao longo desses dez anos, quando se obteve a menor taxa de urbanização (7%), vivenciou-se uma conjuntura desfavorável

no cenário nacional, de recessão econômica, aumento dos problemas sociais e intensificação das desigualdades, além das transformações políticas do país, por meio de uma lenta transição entre o período ditatorial e a democracia.

Em 2000, o município de Monte Sião registrou uma taxa de urbanização de 70%, com uma população urbana de 12.729 habitantes, o que significou um acréscimo de 17,5%, em relação a 1991, maior crescimento entre os períodos apresentados. Os dados do censo de 2010 consolidam a forte tendência de expansão da área urbana do município, com uma taxa de urbanização de 76,8% e uma população urbana de 16.268 habitantes (Figuras 2).

Figura 2. Gráfico da Evolução da População Urbana do Município de Monte Sião no período entre 1970 e 2010.



Fonte: Adaptado dos Censos Demográficos 1980, 1991, 2000, 2010 (IBGE, 2014).

Segundo Fuini (2007), a indústria de malhas de Monte Sião - que tem como matérias-primas uma variedade de fios nacionais e internacionais - tem sua origem vinculada a um período de estagnação econômica e decréscimo da produção rural cafeeira no final dos anos 1960. Essa atividade produtiva ganha impulso com a descoberta de um mercado consumidor de artigos artesanais, vinculado à atividade turística consolidada na região do “Circuito das Águas do Leste Paulista” e se expande com o progressivo investimento em maquinário têxtil - inicialmente manual e, posteriormente, elétrico e eletrônico - que permitiu um exponencial aumento da produtividade local. Tais fatores, aliados à realização de feiras de produtores periódicas, a partir dos anos 1970, e à formação da Associação Comercial e Industrial, nos anos 1980, fizeram a produção de malhas local se tornar a mais conhecida, regionalmente e nacionalmente, propiciando um crescimento das fábricas e estabelecimentos comerciais locais dedicados à produção e ao comércio de malhas, sendo considerada como a “Capital Nacional do Tricô”. (FUINI, 2007, p. 80-83).

2.2. Expansão Urbana do Município de Monte Sião entre 1962 e 2012

A proposta central deste estudo é analisar a expansão urbana do município de

Monte Sião, no período entre 1962 e 2012, bem como quantificar o crescimento da mancha urbana do município, no respectivo período, identificando os principais eixos de crescimento do perímetro urbano e as causas do crescimento urbano, acelerado nas últimas cinco décadas.

Objetiva-se, também, contribuir com o planejamento urbano de Monte Sião, bem como oferecer ao Poder Público local subsídios consistentes para articulação e promoção de um crescimento urbano atrelado à qualidade de vida. O que observa-se, atualmente, é que esse crescimento ocorre de maneira desordenada, comprometendo a qualidade de vida da população e impossibilitando a promoção de um planejamento organizacional do espaço urbano do município de Monte Sião.

Cabe, aqui, ressaltar que, para Maricato (2001, p. 50), são inúmeras as fontes de limitações à elaboração de propostas alternativas (democráticas e igualitárias) para as cidades brasileiras. A primeira e mais óbvia está na impossibilidade de tomar o ambiente construído, independentemente da sociedade que o constrói e ocupa. Para Maricato (2001), de fato, ele (o ambiente construído) reflete as relações sociais, além de participar, ativamente, de sua reprodução. Nesse sentido, é objeto e agente de permanências e de mudanças sociais. É influenciado pelas relações sociais tanto quanto às influencia. É impossível esperar que uma sociedade como a nossa, radicalmente desigual e autoritária, baseada em relações de privilégio e arbitrariedade, possa produzir cidades que não tenham essas características. Esse reconhecimento não impede de ver a cidade, sua produção, sua manutenção, seu funcionamento e sua fruição como um campo de lutas e de conquistas.

Mediante os dados obtidos, constatou-se que a área urbana do município de Monte Sião passou por um crescimento acelerado, nas últimas cinco décadas, com destaque para as décadas de 1990 e 2000, período este marcado por um aumento considerável da mancha urbana do município, em face ao grande número de loteamentos urbanos aprovados nesse período (31 loteamentos ao todo) e seu adensamento.

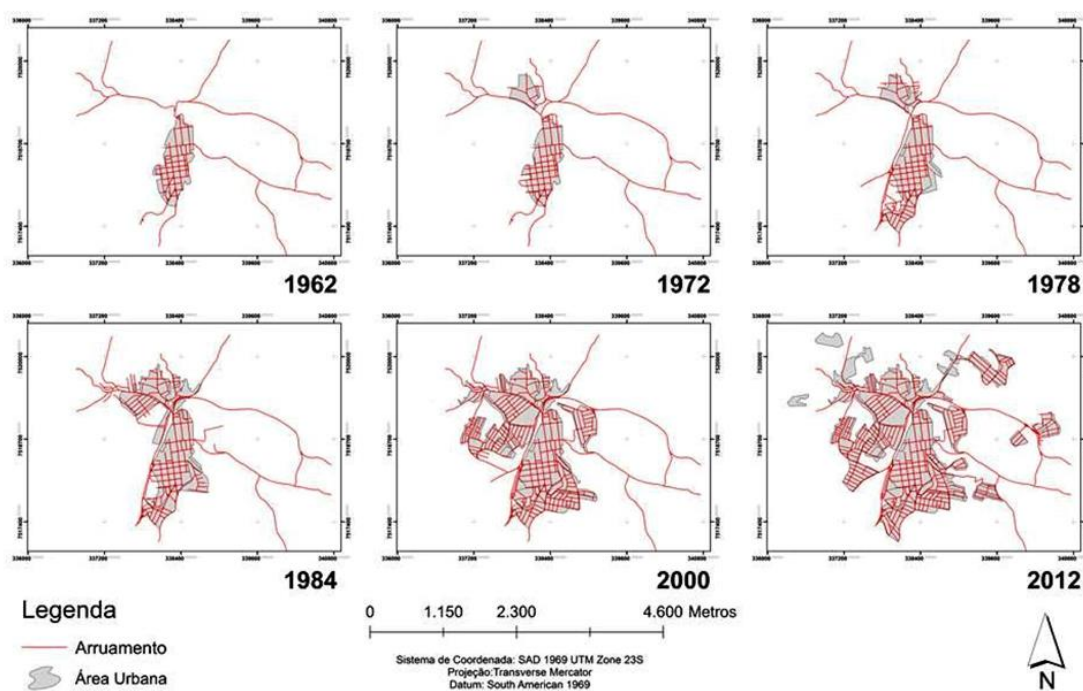
No período de 1962 a 2012, pode-se identificar, com este estudo, que a área urbana do município de Monte Sião cresceu cerca de 632,09%, isto é, obteve um ganho de 10,17 km² de área urbana em um período de cinquenta anos (Figura 3). Esse rápido processo de expansão da população urbana reflete, de maneira objetiva, a nova tendência contemporânea em torno do espaço urbano, foco central de um grande contingente populacional que, por fatores de ordem socioeconômica, deixaram o campo.

No caso específico de Monte Sião, a partir de 1990, com a mecanização e aceleração da produção têxtil local, instaurou-se um cenário propício à consolidação de uma população cada vez mais urbana e em plena consonância com a conjuntura econômica e política regional e nacional.

Reis (2006, p. 24) afirma que tais estruturas econômicas regionais são caracterizadas por intensas interações que vão ocorrendo entre redes de empresas, produção e pesquisa, indústria e universidade, localização e acesso aos meios de comunicação física ou de informação, tendo, ainda, um impacto quanto às altas qualificações e qualidade dos espaços de trabalho e meio de vida.

Entre 1962 e 1972, Monte Sião obteve um crescimento de 32,13% de sua área urbana, representando um ganho de área urbanizada de 0,16 km², no respectivo período. Já, entre 1972 e 1978, o crescimento da área urbana de Monte Sião foi de 34,87%, com acréscimo de 0,25 km² de área. No período de 1978 a 1984, o município de Monte Sião obteve um crescimento de 60,91% de área urbanizada, que equivale há um aumento de 0,57 km², na área urbana do município. De 1984 a 2000, Monte Sião obteve um aumento de 75,57% em sua área urbana. Isso representa um aumento da área urbana de 1,14 km².

Figura 3. Crescimento Urbano da Cidade de Monte Sião – MG 1962 e 2012.



Fonte: Elaborado pelos autores (2014).

No período entre 2000 e 2012, a área urbana de Monte Sião apresentou uma taxa de crescimento de 45,42%, somando a área urbana, nesse período, 1,2 km².

Pelos dados levantados, é importante considerar que, no montante dos anos analisados pelo recorte multitemporal proposto por este estudo, de 1962 a 2012, apenas as últimas três décadas representam cerca de 310,84% de todo crescimento da área urbana do município de Monte Sião, quando comparado à taxa total de crescimento, identificado nos últimos cinquenta anos, que é de 632,09% (Tabela 1).

Atualmente, a área urbana do município de Monte Sião ocupa 1,32% da área total do perímetro urbano vigente, o qual corresponde a 3,13% da área total do município, que é de 292 km².

Tabela 1 - Taxa de Crescimento da Área Urbana de Monte Sião – 1962/2012.

Período	%
1962/2012	632,09% (50 anos)
1962/1972	32,13%
1972/1978	34,87%
1978/1984	60,91%
1984/2000	75,57%
2000/2012	45,42%
Últimos 30 Anos	310,84%

Davis (1972, p. 19) faz uma análise sobre a urbanização, levando em consideração a relação entre desenvolvimento econômico, industrialização e o rápido acréscimo populacional, para tanto, o autor afirma que:

A urbanização moderna é melhor compreendida em termos de sua relação com o crescimento econômico, e suas implicações são mais claramente percebidas nas últimas manifestações dos países desenvolvidos. Torna-se aparente com o exame das tendências nesses países que a urbanização é um processo limitado, um ciclo pelo qual seguem as nações em sua transformação de uma sociedade agrária para outra industrial. A urbanização intensiva da maior parte dos países subdesenvolvidos, ela começou mais recentemente. Em alguns dos países desenvolvidos pode-se já perceber o seu término. O fato dela terminar, entretanto, não significa que o desenvolvimento econômico ou o crescimento das cidades terá necessariamente um fim.

Dentro dessa perspectiva, Csaba Deák (1999) menciona, ainda, que as aglomerações urbanas são o local precípua da reprodução social. A elas cabe o papel de assegurar as condições de reprodução da força de trabalho, nos níveis requeridos pelo estágio de desenvolvimento da sociedade. (p. 36).

Para Ana Fani Alessandri Carlos, em “A (re) produção do espaço urbano”, de 2008, pode-se definir o seguinte “a reprodução do espaço urbano recria constantemente as condições gerais a partir das quais se realiza o processo de reprodução do capital”. (CARLOS, 2008, p. 83).

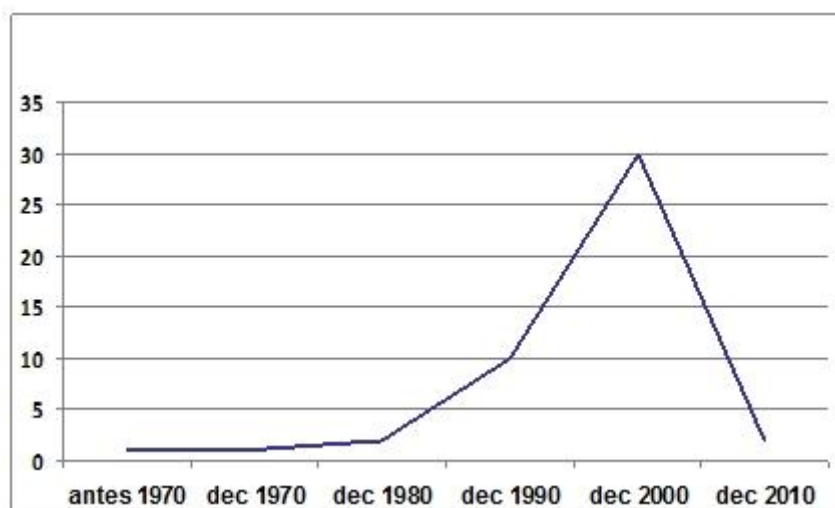
Nesse sentido, considerando a lógica pela qual o capital instaura, constantemente, novos significados ao espaço urbano, Flávio Villaça (2001), em seus estudos sobre o espaço intraurbano, aborda, de forma clara e objetiva, as especificidades que estão inseridas na complexa estrutura urbana. Para isso, Villaça considera que, para explicar as formas urbanas - os bairros, as direções de crescimento, a forma da mancha urbana,

a verticalização, densidades etc., é indispensável considerar as relações de determinado ponto, ou conjunto de pontos, com todos os demais pontos do espaço urbano. (VILLAÇA, 2001, p. 24).

É importante ressaltar que o processo de expansão urbana está inserido em um contexto histórico, marcado pela atuação do Estado e articulações das forças de comando da sociedade, nos diferentes momentos políticos e socioeconômicos do país, garantindo, assim, as condições estruturais para sua expansão.

De todos os períodos analisados, 1962 e 2012, no que se refere, tanto ao número de loteamentos aprovados, quanto ao avanço da mancha urbana, a década de 2000 representa a consolidação de um processo irreversível na estruturação do espaço urbano de Monte Sião. Dos 46 loteamentos aprovados, identificados por este estudo, 30 foram aprovados na década de 2000, ou seja, 65,21% de todos os loteamentos aprovados (figura 4).

Figura 1. Loteamentos aprovados em Monte Sião no período de 1962 e 2012.



Fonte: Prefeitura Municipal de Monte Sião (2013).

No período de 1962 a 2012, destaca-se um crescimento considerável da região central da área urbana do município, obtendo uma expansão de 1,41%. Isso se deve à concentração de inúmeros estabelecimentos comerciais de prestação de serviços, tais como, farmácias, mercearias, agências bancárias, alfaiatarias, além de concentrar, também, os prédios públicos - Prefeitura, Câmara Municipal e Fórum. Tradicionalmente, nas áreas centrais dos municípios de pequeno porte, concentraram-se, inicialmente, diversos equipamentos públicos e privados, praças, Clubes Sociais, além dos eventos e festividades de caráter social e religioso, principalmente quando se trata de municípios interioranos, como o caso de Monte Sião.

A década de 1990 indica uma tendência de expansão da área urbana do município

para áreas mais distantes da região central (figura 5). Isso deve-se ao esgotamento de áreas a serem urbanizadas próximas à região central. A infraestrutura disponível e condições sociais e econômicas existentes na área central do núcleo urbano favoreceram, ao longo dos anos, a concentração populacional e, a partir disso, a expansão da mancha urbana do município para as regiões periféricas da cidade.

O rápido crescimento populacional é apontado por Sposito (2005, p. 56) como sendo um fator agravante para as cidades. Para a autora, o crescimento populacional não é acompanhado pelo crescimento territorial, com isso o crescimento urbano das cidades tornou centro a área antes compreendida por todo o núcleo urbano, formando-se, ao seu redor, uma faixa nova, considerada à periferia.

Essa realidade é evidenciada em Monte Sião. Até a década de 1980, o município possuía uma população rural maior (55,5%) que a população urbana. Na década de 1990, a população urbana aumenta e torna-se maior que a população rural, e, em 2000, representava 70% da população total. Esse crescimento populacional vai se refletir na cidade, tendo a área urbana crescido, entre 1984 e 2000, mais de 70%. Esse crescimento, como observado na figura 5, periferiza-se, ou seja, intensifica-se na aprovação de vários loteamentos, na periferia da cidade, sem infraestrutura.

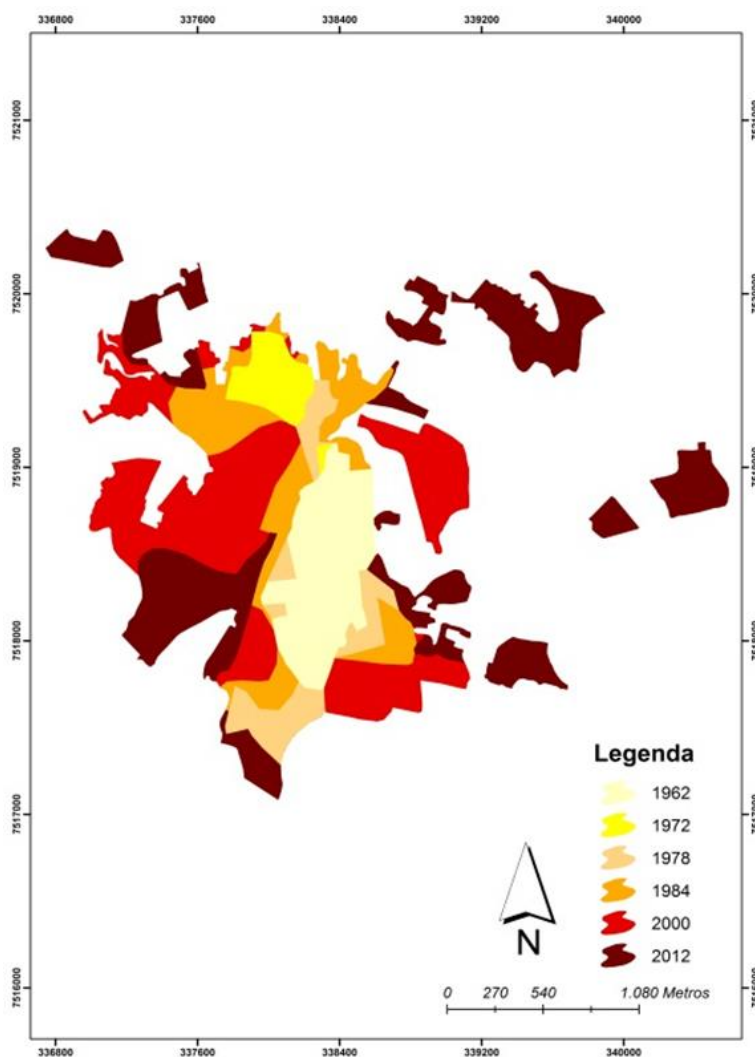
A infraestrutura disponível e condições sociais e econômicas existentes na área central do núcleo urbano favoreceram, ao longo dos anos, a concentração populacional nessa área e, a partir de então, a expansão da mancha urbana do município ocorre em direção às regiões periféricas da cidade.

O fato do crescimento populacional não ter sido acompanhado por uma estruturação do território urbano das cidades evidencia uma desarticulação de forças, entre aqueles que promovem a produção social do espaço, e a parcela crescente, representada por uma sociedade cada vez mais consumista e inserida em uma lógica capitalista que desencadeia, permanentemente, o caos social e urbano existente nas cidades.

Essa complexidade é vivenciada quando a população, cada vez mais crescente, não encontra, no espaço, onde vive a garantia dos seus direitos, e tão pouco tem suas demandas atendidas na área da saúde, da educação, do lazer e da cultura, revelando espaços sociais cada vez mais segregados, sem perspectivas de melhorias em sua qualidade de vida.

Nas últimas décadas, conforme constatado pelo estudo, o ritmo acelerado de crescimento urbano, no município de Monte Sião, resultou, também, na ausência de políticas públicas, tais como, déficit de vagas no ensino infantil, cobertura ineficiente das unidades de saúde, na área urbana e rural do município, ausência de infraestrutura urbana para coleta de lixo e saneamento básico, em diversos bairros próximos à área central e decorrentes problemas no abastecimento de água e coleta de esgoto urbano.

Figura 5. Mapa do Crescimento Urbano de Monte Sião entre 1962 e 2012.



Fonte: Elaborada pelos autores (2014).

Em relação à conjuntura econômica local, no que se refere ao setor têxtil e seu impacto na produção e reprodução do espaço urbano local, tendo como base os dados da RAIS - Relação Anual de Informações Sociais e da ABIT – Associação Brasileira da Indústria Têxtil, o estudo do SEBRAE-MG (2012), sobre a atratividade do Arranjo Produtivo Local em relação ao setor de confecções, pode-se afirmar que o setor de confecções nacional é, essencialmente, constituído por MPEs (Micro e Pequenas Empresas) e Minas Gerais é o 2º Estado em concentração desses estabelecimentos. Pelos dados, 99,30% das confecções do Brasil são formados por Micro e Pequenas Empresas e 0,70% por Empresas de Grande Porte. No total, o Brasil possui 107.979 estabelecimentos voltados ao o setor de confecções. No Estado de São Paulo, concentram-se 29% das MEPs; em Minas Gerais, as MEPs somam 13%; seguido do Estado de Santa Catarina, com 12%; Paraná, 9%; Rio Grande do Sul, 7%; e os demais Estados somam 31%, do total de Micro e Pequenas Empresas do segmento de confecções.

No período entre 2000 e 2012, analisado neste estudo, nota-se uma expansão da área de todos os bairros urbanos do município de Monte Sião, representando um crescimento de mais de 2000% da mancha urbana do município, nesse período. Concomitantemente, consolida-se o processo de modernização e especialização da produção local e o aprimoramento da moda tricô, intrinsecamente relacionado com a qualificação da mão-de-obra local e às novas tendências da produção de malhas, tanto nacional como internacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo das cidades, nas últimas décadas, tem auxiliado os diferentes segmentos da sociedade na compreensão das dinâmicas que permeiam o seu desenvolvimento, sendo eles de ordem econômica, político e social.

Nesse sentido, é importante ressaltar que a cidade contemporânea é o centro de decisões e aceleração dos processos que norteiam as transformações socioeconômicas da sociedade. Para Lefebvre (1969, p. 51), “a cidade sempre teve relações com a sociedade no seu conjunto, com sua composição e seu funcionamento, com seus elementos constituintes (campo e agricultura, poder ofensivo e defensivo, poderes políticos, Estados etc.), com sua história”.

Os diferentes processos contemporâneos de estruturação das cidades remetem-se ao fato de a cidade ser um entrave para o capital, ao mesmo tempo em que ela é considerada base para sua atuação. As cidades são constituídas de interações complexas, e a sociedade é estimulada a garantir o domínio da lógica, da razão, do poder político e do capital.

A análise dos resultados deste estudo propiciou, substancialmente, a compreensão do processo de expansão urbana no município de Monte Sião, Sul do Estado de Minas Gerais, a partir das interações e articulações dos agentes estruturadores do espaço urbano que consolidaram o atual estágio socioeconômico da cidade, considerada a “Capital Nacional do Tricô”, no período entre 1962 e 2012.

O dinamismo do parque industrial têxtil, consolidado ao longo das últimas quatro décadas em monte Sião, não foi acompanhado pelas ações do Poder Público local, no sentido de melhorar os investimentos em serviços e equipamentos urbanos. A área urbana possui deficiências em sua infraestrutura que tem sido fator preponderante para a limitação de um crescimento urbano que seja ordenado e um desenvolvimento econômico que seja equilibrado e garanta o desenvolvimento social do município. Sem dúvida, a capacidade de um município de pequeno porte, como Monte Sião, cria limitações para negociar recursos, aumento de repasses da União em investimentos de infraestrutura, necessários para garantir à população uma melhor qualidade de vida. Entretanto, a obrigação do Poder Público é fazer esses investimentos acontecerem,

pois, apesar dos conflitos produzidos com a dinâmica do capitalismo, é possível que um município de pequeno porte estabeleça políticas públicas mais socialmente eficientes.

Com este estudo, pode-se analisar que o conjunto de forças da sociedade (agentes e atores) produz o espaço, estes agentes se articulam e refletem, no urbano, as forças e interesses medidos sob a perspectiva do capital, sendo, muitas vezes, de ordem física (infraestrutura, mercado imobiliário etc.) e de ordem social (o modo como a sociedade se articula).

Nesse contexto, é importante destacar que, conforme descreve Lefebvre (1969, p. 117), “o direito à cidade não pode ser concebido como um simples direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada”.

Para tal afirmação, é importante que o planejamento da cidade contemporânea incorpore os aspectos da vida em sociedade, da urbanidade, amenizando os impactos socioespaciais de viés racional e de ordem técnica e economicista, imposto ao planejamento urbano e regional contemporâneo.

Agradecimentos

Os autores agradecem à FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), pelo apoio financeiro fornecido a esta pesquisa, na forma de bolsa de mestrado.

REFERÊNCIAS

- BONAMETTI, J. C. A paisagem urbana como produto do poder. **URBE-Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v.2, n.2, p. 259-273, 2010.
- CARLOS, A. F. A. **A (re) produção do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 2008.
- CORREA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1995.
- DAVIS, K. **Cidades: Urbanização da humanidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1972, 221 p.
- DEÁK, CSABA. **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Edusp, 1999. 346 p.
- FUINI, L. L. **A relação entre competitividade e território no Circuito das Malhas do Sul de Minas**. Rio Claro, SP, 2007. 191 f. Dissertação de Mestrado em Geografia - IGCE-UNESP.
- GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 1993, 310 p.
- HARVEY, D. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da

administração urbana no capitalismo tardio. **Espaço & Debates**, v. 16, n. 39, p. 48-64, 1996.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: HUCITEC, 1980. Condição pós-moderna. São Paulo, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo demográfico de 2010**. 2010. Disponível em: <www.censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 09 set. 2013.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Editora Documentos, 1969. 133 p.

MARICATO, E. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO. **A cidade de Monte Sião**. Disponível em: <www.camaramontesiao.com.br/>. Acesso em: 15 de jun. 2013.

REIS FILHO, N. G. **Notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano**. São Paulo, SP: Via das Artes, 2006. 201 p.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo, SP: Edusp, 2006.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo, SP: Edusp, 2005. 174 p.

SEBRAE. **Mobilização dos territórios para o desenvolvimento**. Brasília, 2003.

SOUZA, M. A. A. **A identidade da metrópole: a verticalização em São Paulo**: Editora Hucitec, 1994.

SPÓSITO, M. E. B. **Capitalismo e urbanização**. 15. ed. São Paulo, SP: Contexto, 2005. 80 p.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo, SP: Studio Nobel, 2001. 376 p.